



Daniele Dressel

**DETERMINANTES ATUAIS DO ABANDONO DE ATIVIDADES RURAIS NO
MUNICÍPIO DE HORIZONTINA: UM ESTUDO FOCADO NOS JOVENS
AGRICULTORES FAMILIARES**

Horizontina, RS

2015

Daniele Dressel

**DETERMINANTES ATUAIS DO ABANDONO DE ATIVIDADES RURAIS NO
MUNICÍPIO DE HORIZONTINA: UM ESTUDO FOCADO NOS JOVENS
AGRICULTORES FAMILIARES**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, pelo Curso de Ciências Econômicas da Faculdade Horizontina (FAHOR).

Orientador (a): Me. Marcio Kalkmann

Horizontina, RS

2015

**FAHOR - FACULDADE HORIZONTALINA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a monografia:

**DETERMINANTES ATUAIS DO ABANDONO DE ATIVIDADES RURAIS NO
MUNICÍPIO DE HORIZONTALINA: UM ESTUDO FOCADO NOS JOVENS
AGRICULTORES FAMILIARES**

Elaborada por:

Daniele Dressel

Como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas

Aprovado em: dd/mm/20aa

Pela Comissão Examinadora

**Titulação. Nome do orientador
Presidente da Comissão Examinadora - Orientador**

**Titulação. Nome do Examinador Interno
FAHOR – Faculdade Horizontalina**

**Titulação. Nome do Examinador Interno
FAHOR – Faculdade Horizontalina**

Horizontalina

2015

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia à minha família, em especial ao meu pai Anir e a minha mãe Senaide, que sempre estiveram me apoiando, me motivando e acreditando em mim.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus pela minha existência e por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

Aos meus pais Anir e Senaide pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Agradeço também ao meu professor orientador Marcio Kalkmann por seus conhecimentos transpassados e incentivos.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

EPÍGRAFE

Deus nos fez perfeitos e não
escolhe os capacitados, capacita
os escolhidos.

Albert Einsten

RESUMO

O presente estudo analisou a permanência dos jovens na agricultura familiar, visando compreender o que os leva a permanecer no campo, as suas expectativas em relação à renda e o que os motiva a migrarem para o meio urbano. Trata-se de um trabalho teórico-empírico que utilizou a técnica descritiva, caracterizando a história da agricultura familiar. Para a pesquisa qualitativa foi utilizado a técnica de entrevistas com roteiros semi-estruturados, com um público alvo de 15 a 30 anos de idade. Avalia-se que os principais motivos de os jovens estarem saindo meio rural é a falta de investimentos, elevadas despesas com pouco retorno de lucro e também procuram um emprego com uma renda melhor, com mais comodidade, trabalhando em serviços mais leves sem fazer muito esforço.

Palavras-chave: agricultura familiar, jovem agricultor, município de Horizontina.

ABSTRACT

The present study analyzed the young people's stay at the familiar agriculture, aiming to understand what takes them to stay in the field, their expectations in relation to income and what motivates them to migrate to the urban areas. This is a theoretical-empirical work that used the descriptive technique, characterizing the history of familiar agriculture. For the qualitative research, it was necessary to use the interview techniques with semi structured plots, with a target public at 15 or 30 years old. It is possible to evaluate that the main reasons for the young to leave the rural environment is the lack of investments, the high cost with little profit return, and they also look for a job with a better income, more comfortable, working in lighter jobs rather than making too much effort.

Key words: familiar agriculture, young farmer, municipality of Horizontina

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Estabelecimentos rurais na agricultura brasileira – Brasil.....	22
Gráfico 2: População Urbana e Rural – Rio Grande do Sul.....	32
Gráfico 3: População residente por local onde vive, Rural ou Urbano – Horizontina.....	40
Gráfico 4: Produção na Agricultura Familiar em Horizontina.....	41
Gráfico 5: Êxodo Rural dos Jovens Entrevistados – Horizontina.....	41

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Módulos da Agricultura Familiar no Brasil – 2015.....	22
Figura 2: Variação geográfica do tamanho do módulo fiscal dos municípios brasileiros em 2012.....	28
Figura 3: Áreas de colonização por imigrantes.....	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Constituições do FETAG – RS.....	23
Tabela 2: Utilização das terras nos estabelecimentos, por tipo de utilização, segundo a agricultura familiar - Brasil – 2006.....	23
Tabela 3: Utilização das terras nos estabelecimentos das Matas e Florestas Brasil.....	24
Tabela 4: Utilização das terras nos estabelecimentos dos sistemas agroflorestais - Brasil 2006.....	25
Tabela 5: Utilização das terras nos estabelecimentos das terras degradadas e inproveitáveis – Brasil 2006.....	25
Tabela 6: Mostra a recomposição de áreas de Preservação Permanente (APP) com margens de cursos d’água em áreas rurais.....	28
Tabela 7: População nos Censos Demográficos na zona urbana e rural, segundo as Grandes Regiões, 1980-2010.....	32
Tabela 8: População, Densidade e PIB da cidade de Horizontina.....	38
Tabela 9: Tamanho dos módulos fiscais em nossa região comparada com Porto Alegre.....	39
Tabela 10: Os motivos apresentados pelos jovens de Horizontina que os levam a abandonar o campo.....	44

LISTA DE ABREVIACOES:

ACIAP: Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Horizontina.

CONAF: Congresso Nacional de Arte Fotográfica.

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

EMATER: A empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Distrito Federal.

FEE: Fundação de Economia e Estatística.

FETAG: Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul.

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PRONACAMPO: Programa Nacional de Educação do Campo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2.	HISTÓRIA E FORMAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	16
2.1	A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	18
2.1.1	Conceitos da Agricultura Familiar	26
2.2	A AGRICULTURA FAMILIAR NO RS.....	29
2.3	AGRICULTURA FAMILIAR NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL.....	33
3	METODOLOGIA	36
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	38
4.1	AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE HORIZONTINA.....	38
4.2	PESQUISA DE CAMPO EM PROPRIEDADES RURAIS DE HORIZONTINA	40
4.3	A VISÃO DAS ENTIDADES DE CLASSE SOBRE OS JOVENS AGRICULTORES EM HORIZONTINA	42
4.4	ANÁLISES DOS RESULTADOS.....	43
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS.....	46
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO PARA OS JOVENS AGRICULTORES.....	50
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO NAS ENTIDADES DE CLASSE	52

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é uma atividade econômica fundamental para a sustentação da sociedade moderna, principalmente no que se refere à expressiva capacidade de oferta de alimentos frescos colocados na mesa do consumidor, colaborando com empresas do setor alimentício, ofertando produtos in natura para posterior transformação.

Pode-se dizer que esta atividade possui traços ímpares caracterizados pela união de um trabalho familiar com gestão familiar. Portanto, alguns preceitos lógicos existentes no estudo da economia sobre a formação do lucro, acabam não sendo completamente efetivados em determinados casos sob análises realizadas na agricultura familiar. Isso significa afirmar que muitas vezes a renda obtida por estes agricultores incorre do fato de realizarem sacrifícios para manter-se na atividade, o que nem sempre é aceitável ou tolerável em um sistema capitalista que visa a sustentação dos negócios com geração ascendente de lucros.

A agricultura familiar tem função importante na produção não só de alimentos, mas também, no fornecimento de matéria-prima para grandes fábricas e empresas do setor alimentício. A interação deste ramo vai além da atividade puramente regionalizada, impactando também, tanto, nacional como e internacionalmente. Embora existam fatores explícitos indicando a importância desta atividade para a segurança alimentar dos indivíduos, percebe-se que o ramo tem sofrido uma considerável redução de seu espaço com o avanço de atividades de industrialização de alimentos que a substituem. Este fato pode ser percebido pelo considerável êxodo rural e volatilidade demográfica da população participante deste ramo de atividade.

É fato que tanto a agricultura empresarial como a agricultura familiar, contam hoje com inúmeras possibilidades tecnológicas, que aprimoram técnicas dos cultivos adequando-os ao clima e ao solo de cada região. Logo, tais tecnologias ocasionam um progresso considerável nas condições de trabalho, exigindo também uma melhor preparação dos agricultores para o manuseio destes equipamentos. Neste ponto, os jovens agricultores podem ter certa facilidade na realização de tarefas mais complexas e que exigem o uso destas novas tecnologias. Como dito anteriormente, a tendência econômica está diretamente relacionada com questões de sustentabilidade e cultivos orgânicos. Entretanto, é necessário verificar se tal

condição de uso de novas tecnologias aliada aos cultivos contemporâneos é de fato suficiente para atenuar a saída de muitos jovens agricultores do meio rural.

Diante desse contexto, o tema central do trabalho é analisar a permanência dos jovens na agricultura familiar, visando compreender, aspectos que determinam a permanência do jovem no campo ou, o que levaria os jovens a abandoná-lo, as suas expectativas quanto à geração de renda, e o quê de fato os motivaria a escolher viver no meio urbano, deixando sua identidade cultural para trás em busca de uma nova atividade.

Em detrimento de questões de conveniência ao pesquisador o estudo proposto foi realizado no segundo semestre de 2015, no município de Horizontina, localizado na Região Noroeste do Rio Grande do Sul, com um público de jovens agricultores com idade que varia de 15 a 30 anos. Assim, tem-se o seguinte problema: Quais aspectos levam o jovem a abandonar as atividades do ambiente rural?

A necessidade de se obter e realizar uma análise de dados regionais da agricultura familiar, focando o público jovem, em relação as suas decisões de permanecer no ambiente rural, justifica-se tendo em vista a ausência de informações mais concretas em nível regional e local.

Um fator a ser levado em consideração e que também justifica este estudo, é a questão econômica dos jovens no meio rural em comparação aos jovens que vivem nas cidades. Muitos jovens agricultores enxergam a cidade com um olhar diferente, pois acreditam que seja um local onde existem possibilidades de crescimento profissional, aumento de renda, além de mais conforto, acesso a atividades intelectuais diversificadas, socialização e realização pessoal.

No município de Horizontina, com a instalação da indústria John Deere, antigamente SLC, muitos agricultores e filhos de agricultores migraram para cidade tendo um sonho em comum: trabalhar na empresa que construiu a primeira colheitadeira automotriz brasileira, no município, em 1965.

Pode-se ter como hipótese também a questão da falta de condições financeiras em cursar algum técnico ou um curso superior quando inseridos no ambiente rural. Sendo que muitos jovens formados em técnico agrícola e agronomia, não permanecem na nossa região em função da falta de oferta de emprego, incentivos públicos e muitas vezes migram para diversas regiões do país, onde os salários são melhores e a agricultura é de grande porte empresarial.

Existem também hipóteses de que os grandes agricultores têm tomado espaço e comprado propriedades, o que de certa forma tem acentuado a tendência de uma concentração de médias e grandes propriedades.

O presente trabalho teve como objetivo geral, analisar os aspectos socioeconômicos que influenciam na decisão do jovem agricultor a permanecer no campo e dar sequência à produção agrária familiar no município de Horizontina. Para isso, os objetivos específicos foram os seguintes:

- a) Descrever e caracterizar o desenrolar histórico da agricultura familiar em nível nacional, estadual, regional e municipal;
- b) Entrevistar as entidades de classe vinculadas a agricultura familiar no município de Horizontina, para coletar informações e dados da agricultura familiar a nível nacional, estadual e municipal;
- c) Entrevistar de forma aleatória jovens que atualmente residem com seus pais na agricultura familiar no município de Horizontina;

Visando cumprir os objetivos desse estudo, primeiramente foram descritas algumas das ideias de diversos autores e de variadas consultas bibliográficas, que abordam ao tema proposto.

Após a conclusão da parte teórica empírica, foi utilizado entrevista com roteiros semi-estruturados, que são formulados para coleta de dados primários. As entrevistas foram aplicadas em 20 jovens de 15 a 35 anos de idade, levando em consideração os critérios específicos que delimitam a área total do estabelecimento rural para este estudo. Tais delimitações estão expostas na metodologia.

O capítulo subsequente aborda previamente alguns dos principais conceitos e características da agricultura familiar, visando já direcionar o estudo para o caso nele abordado.

2. HISTÓRIA E FORMAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Conforme Diniz (2012) há cerca de 10.000 mil anos nasceram os primeiros vestígios da agricultura familiar quando os cereais passaram a entrar na alimentação do dia a dia das pessoas.

Também segundo Diniz (2012), neste mesmo período, no norte da África e Oeste da Ásia, a agricultura familiar começa a produzir seus grãos e cultivar a terra, e, conseqüentemente, abandona a caça. Há cerca de 8.500 anos, nasceram as primeiras roças na Europa, na região da Grécia e mais tarde se expandiu pelo Vale de Danúbio, até chegar na Inglaterra, há 6.000 anos atrás.

Rourard *et. al.* (2008), diz que a agricultura europeia teve uma grande contribuição para o aumento da população mundial e que marcou a grande Revolução da Idade Média, entre os séculos XI e XIII. Ainda nos tempos de hoje, o crescimento demográfico mundial libera um enorme acréscimo de capacidades de produção agrícola mundial, resultando entre 2 a 3 colheitas ao ano.

Segundo Conaf (2015), a agricultura familiar sempre teve um importante papel no cenário histórico e econômico do país, ajudando a regular a balança comercial do país, recebendo grandes contribuições das exportações agrícolas. Também contribuindo com um papel fundamental que é o abastecimento de alimentos, gerando rendas, melhoria no nível de sustentabilidade e o controle de inflações.

Segundo Gasque *et. al.* (2010), comparativos entre as décadas de 1970 e 2010, mostram novos padrões socioculturais e formatos econômicos – produtivos, além de novos arranjos políticos-institucionais.

Gasque *et. al.* (2010) também diz que o resultado das mudanças é socialmente muito mais amplo e multifacetado¹ sendo muito provável que uma avaliação mais detalhada, demonstre uma clara e definitiva ruptura com o passado, reduzindo-se gradualmente o peso sociocultural, antes tão relevante e influente no capítulo histórico da agricultura brasileira. Os fatos historicamente ocorridos se justificaram por diversas razões, dentre elas a influência produtiva que exigia constantes importações de alimentos e o peso da população rural da época.

¹ Multifacetado: Segundo Dicionário, significa que é formado por múltiplas faces; que possui muitos lados; multiface.

Nas últimas quatro décadas observam-se diversos processos transformadores, muitos dos quais são analisados nesta obra, sendo rompida a ligação com a história agrária anterior. Consolidou-se em uma nova fase das atividades agropecuárias e da vida social rural Gasque *et. al.* (2010).

Nas afirmações de Junior (1987), a agricultura se divide em duas partes; antes e depois do regime militar de 1964. Para ele o principal motivo dos problemas agrários está relacionado com a estrutura fundiária². Após esse período de ditadura o seu foco foi com os agricultores e trabalhadores rurais que existiam e como estava sendo feito o trabalho realizado por eles.

O direito à terra conforme Silva (1998), é na realidade, um sistema de sobrevivência para população que não encontra outras oportunidades de participação produtiva na sociedade.

Na concepção de Silva (1998), ocorreram inúmeras transformações na agricultura, dentre os quais cabe ressaltar os avanços na industrialização e modernização que foram implantadas nas últimas décadas.

Conforme Souza (2007), até o começo dos anos 1960, a agricultura vinha sendo analisada pelos economistas e especialistas em política econômica, como um setor consideravelmente passivo, ou seja, dependente dos estímulos econômicos exógenos, vindos principalmente do setor urbano-industrial e público. A partir dos anos de 1960 iniciaram-se algumas alterações neste sentido, visando uma maior interação da agricultura para com as inovações provenientes do setor industrial.

Segundo Picinatto *et. al.* (2000), agricultores familiares são responsáveis por um alto índice de geração de empregos e fortalecem o desenvolvimento ao longo da história dos países, sendo responsáveis por uma grande parte da produção nacional de alimentos, respeitando o meio ambiente e principalmente, fortalecem a economia das cidades onde vivem.

Almeida et al (2003), destacam que a agricultura familiar hoje representa no campo uma característica que exerce maior multifuncionalidade, ou seja, a Agricultura Familiar exerce várias funções, como a função econômica e alimentar, pois geram empregos e rendas; a função ambiental, pois ela estimula a agricultura a manter o potencial produtivo do meio natural, sendo considerado como um patrimônio familiar; a função patrimonial, pois é ela que guarda os conhecimentos e

² Estrutura fundiária conforme dicionário, tem o objetivo de proporcionar a redistribuição das propriedades ou efetuar a distribuição da terra para realização de sua função social.

a aprendizagem e também os fazeres tradicionais; a função recreativa, pois as terras rurais podem ser aproveitadas para o lazer e a função estética que é a natureza e a paisagem.

Dada a importância destes estabelecimentos da agricultura familiar, propõe-se a seguir discutir um pouco sobre a formação e características gerais deste segmento no Brasil.

2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Segundo Buainain *et. al.* (2001), a Agricultura Familiar no Brasil formou-se tanto por famílias que vivem na pobreza, geralmente com posse de terra limitada, caracterizando-se por minifundiários, como produtores que trabalham com o agronegócio e que têm uma renda muitas vezes maiores que os primeiros. Esses agricultores familiares estão diferenciados pelas variadas culturas, pelo capital humano e social, etc.

Segundo Altafin (S/A), a agricultura familiar no Brasil formou-se com cinco grupos: os imigrantes europeus, os mestiços, os índios, os escravos africanos e os brancos não herdeiros. Antes desse período havia apenas a agricultura escravista, monocultura e exportação.

Altafin (S/A) considera que a mistura destes grupos em um só país, torna evidente a variação nos nomes que caracterizam estes indivíduos. Em Minas Gerais, São Paulo e Paraná são chamados de roceiro e caipira, já no Nordeste é tabaréu e no Sul é conhecido como colono. Ainda, em outras regiões são conhecidos como caboclo e entre outros.

Para Wanderley (1996), além do termo colono, outro nome bastante utilizado é o “camponês”. Essa categoria passou por séculos, tendo se originado no feudalismo. Ele também comenta que o campesinato é considerado uma das formas sociais da agricultura familiar, pois o camponês desenvolve uma relação entre trabalho, família e propriedade.

Para Abramovay (1998), a imagem de um camponês foi transformada com o surgimento da indústria e progresso técnico. O camponês adaptou-se com o capital, adquiriu a técnica e se tornou um agricultor (produtor) familiar moderno. Para o autor, o agricultor familiar moderno é aquele que está integrado ao mercado e que está evoluindo com os avanços técnicos.

Segundo Incaper (2015), as origens coloniais de economia e da sociedade brasileira, marcaram profundamente a agricultura familiar no país. Pode-se destacar três grandes características: a escravatura, as grandes propriedades, as monoculturas de exportação e os latifúndios³. O surgimento das grandes propriedades, a partir de 1850 e os ciclos econômicos (açúcar e café) advieram da fragilidade e dependência social e política.

Também conforme dados da Incaper (2015), após a metade dos anos de 1960, iniciaram as modernizações da agricultura no Brasil. Neste período vieram para o Brasil algumas indústrias de tratores e equipamentos agrícolas, rações, veterinários, fertilizantes químicos, entre outros.

De maneira geral os reflexos deste modelo resultaram em desempregos, tanto no campo como nas cidades, aumento de preços dos alimentos, na degradação do meio ambiente e na ocupação do território nacional, além de perdas na qualidade biológica dos produtos desenvolvidos, Incaper (2015).

Paim (1957), explica sobre a semelhança das decisões político-econômicas da colônia do Brasil com as decisões da Coroa Portuguesa e na continuidade da relação dessa Coroa com a Coroa Inglesa, formaram o modelo da produção que ainda existe na economia do Brasil.

Conforme Paim (1957), a Coroa Portuguesa começa a enfrentar alguns problemas a partir de 1785, com a assinatura da Carta Régia⁴, gerando um atraso no desenvolvimento industrial da colônia portuguesa, satisfazendo as regras inglesas, que eram inversas à instalação de industrialização nacional. Portanto, o Brasil teve a adição de economia autônoma com base agrícola que foi uma determinação das políticas e partes externas de produção.

Paim (1957), também relata que a indústria tem desvantagens com a agricultura. Ele vê o problema no atendimento de questões primárias no início da incorporação de novas tecnologias, como a questão da oferta de crédito e a modernização com máquinas no setor primário da economia. Tais fatores estariam relacionados com a questão do êxodo rural. Nota-se, portanto a importância deste segmento para a demanda por inovações e empregos.

³ Segundo Sales (1993), latifúndio significa uma grande propriedade rural.

⁴ Carta Régia segundo dicionário é um documento que, assinado pelo rei, seguia para uma autoridade sem a aprovação da chancelaria, ministério das relações exteriores, com indicações permanentes.

Neste contexto, Ranger (2000), afirma que o setor agrícola cumpre duas questões específicas de suprir os bens essenciais tanto para o mercado interno como para o externo e, equilibrar o mercado de trabalho, criando demandas de trabalho a partir do uso da terra.

Guimarães (1968) trata a questão da terra como um importante meio de produção, considerando este o principal foco para o estudo da economia agrária no Brasil e no mundo. Para o autor, a terra só perde importância quando o capitalismo entra no setor primário com um grande nível de tecnologia, tornando esta última o foco maior de estudo e preocupação científica nos países.

Na concepção de Stedile (2002), os capitalistas enxergaram na agricultura uma oportunidade de formação de capital internacional através da industrialização. Portanto a agricultura vinculada com a indústria acabaria por centralizar, acumular e concentrar o capital. No Brasil, o aumento dos rendimentos na agricultura foram possíveis através da ampliação do crédito, dos subsídios e também sob a égide dos Estados, acarretando considerável acúmulo de riqueza para os produtores rurais.

Mesmo assim, conforme Ambramovay (2001), o Brasil demorou muito para adotar políticas públicas de interesse econômico e social. Para o pesquisador, somente nos últimos anos a Agricultura Familiar obteve um fácil acesso ao crédito. Inclusive, pelo fato desse retardamento em atender as necessidades dos agricultores familiares, tem-se criado uma expectativa de os jovens herdeiros abandonarem o meio rural em busca de novas oportunidades de trabalho no meio urbano.

A política agrária foi uma das principais políticas públicas para agricultura nas últimas quatro décadas, ela tem se destacado em pontos:

- a) a política agrícola brasileira, em substância, sempre foi decidida em consonância com os interesses dos empresários do agribusiness;
- b) nas últimas duas décadas (anos 80 e 90), as políticas setoriais, inclusive a política agrícola, perderam importância e cederam espaço para as políticas macroeconômicas, sobretudo a partir dos pacotes econômicos e da liberalização;
- c) por fim, nos anos 90, passou-se a atribuir novos papéis para a agricultura e o meio rural, com destaque para a geração de emprego e a preservação ambiental, Denardi (2001).

Segundo Denardi (2001), a política pública em destaque atualmente no país referente à agricultura familiar é o Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar (Pronaf). O Pronaf foi em parte motivado politicamente pelos movimentos sociais e dos sindicatos dos trabalhadores rurais da última década.

O programa iniciou em 1995/96, com o fornecimento de financiamento para infraestrutura rural, para custeio, formação de técnicos para agricultores, entre outros, Stedile (2002).

Conforme consta nos informes do Banco do Brasil (2015), o Pronaf estimula os agricultores a ter uma geração de renda e melhorar o manuseio da mão de obra familiar, por meio de financiamentos rurais.

Segundo o Portal de Serviços do Governo Federal (2015), o Pronaf tem como objetivo:

Financiar o custeio da safra ou atividade agroindustrial, o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários de projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. As famílias interessadas devem procurar o sindicato rural ou a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), como a Emater, para obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito.

Sabe-se que entre os anos 1950 e 1990, conforme Stoffel (2010), foi adotado pelo governo uma política agrícola que promoveu a mecanização e a monocultura da soja, tendo por consequência o favorecimento dos grandes produtores e expulsão dos proprietários de menores propriedades.

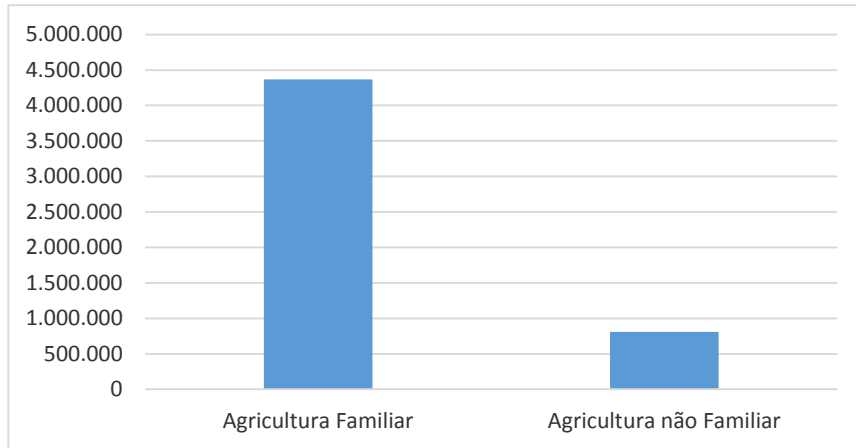
Com o fim do subsídio agrícola e com o avanço do neoliberalismo, os pequenos produtores que se mantiveram no campo, foram lembrados devido ao fato que os pequenos produtores, mesmo produzindo em menor quantidade, mantêm uma importante parcela de mão de obra ocupada e elevada participação na produção de alimentos, Stoffel (2010).

Neste sentido, a criação do Pronaf teve por função a valorização e incentivo para as pequenas propriedades produtoras. Na década de 90, ocorreu uma significativa redução do crescimento do emprego rural de característica extremamente agrícola, em contraposição do aumento do emprego rural não agrícola, Stoffel (2010).

Torna-se importante um programa como o Pronaf no Brasil, tendo em vista a grande quantidade de estabelecimentos com estas características no país.

O Gráfico 1, apresenta a quantidade de pessoas que pertencem à agricultura familiar. Totalizam 4.366.267 e as que não pertencem à agricultura familiar são 809.369, no Brasil.

Gráfico 1: Estabelecimentos rurais na agricultura brasileira - Brasil



Fonte: Embrapa 2006. Adaptado: Daniele Dressel

Essa grande quantidade de estabelecimentos de agricultores familiares, conforme Gráfico 1 acima, também conta com algumas entidades de apoio. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais são formados por uma estrutura de três módulos de atuação que são: nacional, estadual e municipal. Conforme a Figura 1 abaixo:

Figura 1: Módulos da Agricultura Familiar no Brasil - 2015



Fonte: FETAG RS, 2015

O módulo nacional que representa os Trabalhadores Rurais é a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que possui 27 federações que estão distribuídos nos estados do Brasil, e possui um total 3770 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadores Rurais.

Conforme Tabela 1, a Unidade da Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul (FETAG) representa 396.000 propriedades de Agricultura Familiar, 200.000 Assalariados e Assalariadas Rurais e 348 Sindicatos Filiados.

Tabela 1: Constituições do FETAG - RS

Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG-RS	
Propriedades de Agricultura Familiar	396.000
Assalariados e Assalariadas Rurais	200.000
Sindicatos Filiados	348

Fonte: FETAG RS, 2015

Segundo informações do Censo Agropecuário (2010), existem no país 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que totaliza 84,4% das propriedades brasileiras. Eles possuíam 80,25% milhões de hectares o que totaliza 24,3% das propriedades. Estas informações sofrem pequenas variações quando comparadas com as informações da Embrapa citadas anteriormente.

A Tabela 2 demonstra a utilização das terras no Brasil no ano de 2006, diferenciando-as pelas lavouras permanentes e temporárias. Apresentando um total de 1.480.243 estabelecimentos permanentes, sendo que 1.233.614 são da agricultura familiar e 246.629 da não familiar. Das lavouras temporárias é totalizado a quantia de 3.127.255 estabelecimentos, com um valor de 2.719.571 estabelecimentos da agricultura familiar e 407,684 da não familiar.

Tabela 2: Utilização das terras nos estabelecimentos, por tipo de utilização, segundo a agricultura familiar - Brasil - 2006

Agricultura familiar	Total de estabelecimentos	Área total (ha)	Utilização das terras nos estabelecimentos			
			Lavouras			
			Permanentes		Temporárias	
			Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Total	5 175 489	329 941 393	1 480 243	11 612 227	3 127 255	44 019 726
Agricultura familiar - Lei 11.326	4 367 902	80 250 453	1 233 614	4 290 241	2 719 571	12 012 792
Não familiar	807 587	249 690 940	246 629	7 321 986	407 684	32 006 933

Fonte: IBGE, 2006.

A Tabela 3 apresenta dados da utilização das terras nos estabelecimentos das matas e florestas. As matas e florestas naturais destinadas à preservação permanente ou de reserva legal mostram um total de 1.907.574 estabelecimentos, sendo que 795.670 são da agricultura familiar e 301.904 não familiar. As matas e florestas naturais (inclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais), correspondem um valor de 975.307, sendo 794.732 da agricultura familiar e 180.575 não familiar. E apresenta também o total dos estabelecimentos das florestas plantadas com essências florestais de 188.951, sendo que 148.076 pertencem à agricultura familiar e 40.875 não familiar.

Tabela 3: Utilização das terras nos estabelecimentos das Matas e Florestas - Brasil

Agricultura familiar	Utilização das terras nos estabelecimentos					
	Matas e/ou florestas					
	Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal		Matas e/ou florestas naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)		Florestas plantadas com essências florestais	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Total	1 097 574	50 163 102	975 307	35 621 638	188 951	4 497 324
Agricultura familiar - Lei 11. 326	795 670	8 119 041	794 732	10 618 764	148 076	592 998
Não familiar	301 904	42 044 061	180 575	25 002 874	40 875	3 904 326

Fonte: IBGE, 2006

A Tabela 4, por sua vez, mostra a utilização das terras nos estabelecimentos das áreas cultivadas com espécies florestais, também usadas para lavoura e pastejo de animais, totalizando um número de 305 826 estabelecimentos, portanto, 250 252 são da agricultura familiar e 55.574 não familiar. Também há estabelecimentos que pertencem aos tanques, lagos, açudes ou área de águas públicas para exploração da aquicultura, possuindo um total de 439 892 estabelecimentos, sendo que 307 770 são da agricultura familiar e 132.122 não familiar. Além disso, há um total de 2 193 760 estabelecimentos que pertencem às construções, benfeitorias ou caminhos, sendo 1 751 522 da agricultura familiar e 442.238 não familiar.

Tabela 4: Utilização das terras nos estabelecimentos dos sistemas agroflorestais - Brasil 2006

Agricultura familiar	Utilização das terras nos estabelecimentos					
	Sistemas agroflorestais		Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura		Construções, benfeitorias ou caminhos	
	Área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastejo de animais					
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Total	305 826	8 197 564	439 892	1 319 492	2 193 760	4 689 700
Agricultura familiar - Lei 11. 326	250 252	2 898 493	307 770	301 752	1 751 522	1 731 164
Não familiar	55 574	5 299 071	132 122	1 017 740	442 238	2 958 536

Fonte: IBGE, 2006.

A Tabela 5 é apresentada pela utilização dos estabelecimentos das terras, tendo terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.), que correspondem a um total de 71 891 estabelecimentos, sendo que 53.880 são da agricultura familiar e 10.011 não familiar. Também tem as terras inaproveitáveis, ou seja, os pântanos, areais, pedreira, etc. Esses totalizam 466.927 estabelecimentos, sendo que 361.053 são da agricultura familiar e 105.874 da não familiar.

Tabela 5: Utilização das terras nos estabelecimentos das terras degradadas e inaproveitáveis – Brasil 2006

Agricultura familiar	Utilização das terras nos estabelecimentos			
	Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)		Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Total	71 891	789 238	466 927	6 093 185
Agricultura familiar - Lei 11. 326	53 880	237 728	361 053	1 726 424
Não familiar	18 011	551 510	105 874	4 366 760

Fonte: IBGE, 2006.

Independente do tipo de utilização especificado nas tabelas acima, a agricultura familiar é importante segmento inserido na economia, valendo destacar

que hipoteticamente os agricultores familiares geralmente utilizam terras menos férteis, além de não possuírem muitas vezes os recursos tecnológicos adequados. O subcapítulo subsequente preocupa-se em conceituar melhor esta classe social de agricultores, descrevendo alguns aspectos que a definem.

2.1.1 Conceitos da Agricultura Familiar

Conforme Brumer *et. al.* (1999), a agricultura familiar é a agricultura produzida pela própria família, ao passo que o agricultor é proprietário dos meios de produção e produtor de atividade. Essa característica familiar não é um mero detalhe. O fato de uma estrutura produtiva associar família, produção, trabalho, fundamenta a forma como ela se relaciona com a economia e com a sociedade.

Veiga (2002), afirma que a agricultura familiar é uma escolha duradoura para o desenvolvimento da economia e da sociedade, tendo como fonte os métodos produtivos e distributivos.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2015), a Agricultura Familiar é um método de produção onde há gestão, interação e trabalho. São agricultores familiares que usam um processo produtivo, tendo diversidade e trabalho em família e também, em alguns casos, complementados pelo trabalho assalariado.

Para Wanderley (2007), o agricultor familiar é aquele onde as famílias são os proprietários dos meios de produção, organizando as atividades produtivas e juntamente trabalhando nela. Para ele, os meios de produção são a terra, trabalho e família.

A agricultura familiar é formada tanto por famílias que também vivem na pobreza chamada de minifundiários, como por produtores que trabalham com o agronegócio e que têm uma renda muitas vezes maior do que as famílias que vivem na extrema pobreza. Esses Agricultores Familiares estão diferenciados pelas variadas culturas, pelo capital humano e social. Buainain *et. al.* (2001).

Segundo Ministério da Agricultura (2006,s/p), pecuária e abastecimento a agricultura familiar é compreendida como:

grande diversidade cultural, social e econômica, podendo variar desde o campesinato tradicional até a pequena produção modernizada. A maioria das definições da agricultura familiar está

vinculada ao número de empregados e ao tamanho da propriedade. As principais características dos agricultores familiares são a maior independência de insumos externos à propriedade e o fato de a produção agrícola estar condicionada às necessidades do grupo familiar.

Conforme IBGE (2006), a agricultura familiar foi definida por uma Lei nº 11.326:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500 m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscoadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

A Tabela 6 demonstra o tamanho da propriedade rural que são os módulos fiscais que correspondem à largura do curso d'água em metros e a largura mínima da APP em metros, ou seja, é explicada a recomposição de áreas de Preservação Permanente com margens de águas rurais.

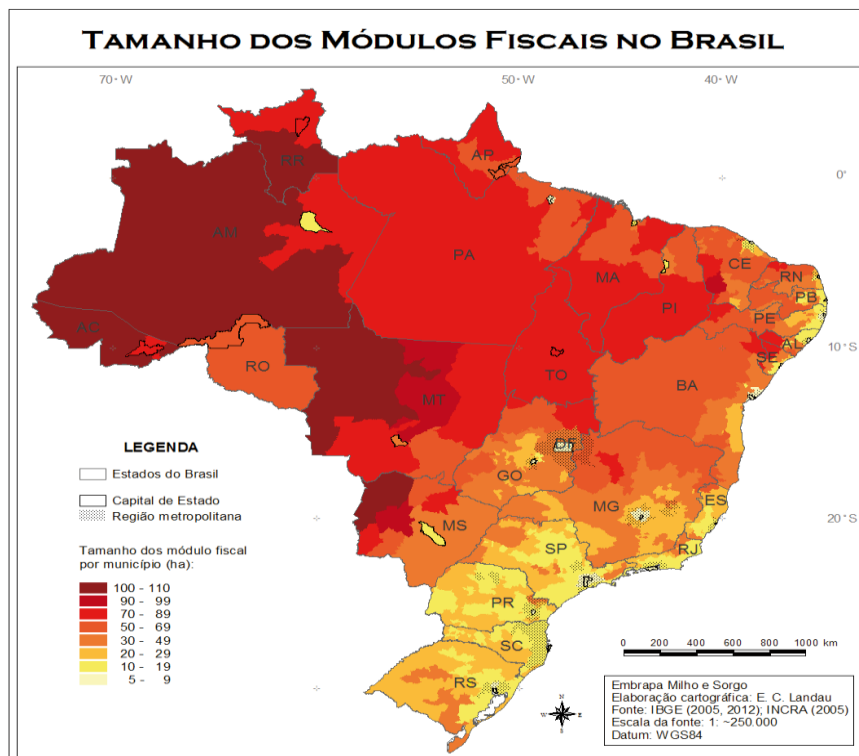
Tabela 6: Mostra a recomposição de áreas de Preservação Permanente (APP) com margens de cursos d'água em áreas rurais.

Tamanho da propriedade rural (módulos fiscais)	Largura do curso d'água (metros)	Largura mínima da APP (metros)
≤ 1	---	5
De > 1 a 2	---	8
De > 2 a 4	---	15
De > 4 a 10	< 10	20
> 10	> 10	Metade da largura de curso d'água (mínimo de 30 e máximo de 100 m)

Fonte: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2012)

A Figura 2, explicitada a seguir, mostra o tamanho dos módulos fiscais dos municípios do Brasil, separando-o em cores para melhor identificação dos mesmos em cada estado.

Figura 2: Variação geográfica do tamanho do módulo fiscal dos municípios brasileiros em 2012



Fonte: IBGE (2005 – 2012); INCRA (2005)

A seguir estão descritos alguns pontos sobre a formação da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Sul.

2.2 A AGRICULTURA FAMILIAR NO RS

Dados do Ipeadata (2009) indicam que na metade do século do século XX a população do meio rural no Rio Grande do Sul, reduziu sua participação de 65,86% em 1950, para 18,35% em 2000. Além do êxodo rural intenso, a queda de fecundidade rural e contribui pra diminuição do ritmo de crescimento dessa população.

Segundo Abramovay (2000), nos anos de 1970, uma faixa de (45,5%) da população rural que viviam na região Sul do Brasil no começo dessa década saíram do campo. Teve uma redução de 2 milhões de habitantes em 10 anos. A razão principal de um êxodo tão rápido, foram os subsídios, os incentivos econômicos e institucional para apoiar a adoção de técnicas produtivas e culturas com redução de mão de obra.

Segundo Schneider (1994), houve um processo de modificação a partir dos anos 70 na agricultura do Rio Grande do Sul. Estas modificações transformadoras, alteraram significativamente o cenário rural da região do Sul Brasileira, inclusive em áreas tradicionalmente caracterizadas pela agricultura familiar de origem colonial.

Schneider (1994), também diz que ao contrário do que ocorreu na maior parte das regiões agrícolas do Rio Grande do Sul, na Colônia Velha Alemã, foram registrados grandes avanços no processo de modernização de base tecnológica da agricultura. As transformações nos processos produtivos agrícolas não primaram pelo avanço tecnológico, sendo limitadas e de menor intensidade quando comparados a outras áreas.

A partir de 1824, houve a colonização de imigrantes que chegaram para se dedicar à agricultura familiar no Rio Grande do Sul, Mertz (2004). Mais tarde, Targa (2002), explica que o sistema agrário foi criado pela Coroa Brasileira, que tinha como meta a criação de pequenas propriedades de terra, que foram cultivadas pelos trabalhadores livres e brancos.

Com a chegada desses pequenos proprietários no Rio Grande do Sul tem-se a “fraqueza relativa” dos criadores de charqueadas no Estado. Em virtude disso, os demais itens dos grandes agricultores e proprietários de terra, também tiveram o trabalho dos escravos do Brasil, Targa (2002).

Dessa forma, estava proibida a contratação de escravos pelos agricultores imigrantes. A maioria dos imigrantes que chegaram ao Brasil eram muito pobres,

não possuíam dinheiro e nem capital, isso os impedia de contratarem serviços da mão de obra escrava. Existia o chamado aluguel de escravos, porém, esse serviço era utilizado apenas pelos agricultores mais ricos e havia também a mão de obra dos caboclos que podia ser adquirida na época de desmatamento, Neto *et. al.* (2000).

Conforme Buainain (2001), a região Sul é a que tem maior diversidade de produtores e sistemas produtivos. Os produtores dessa região é os que ocupam o trabalho, a terra e o capital de forma complexa, utilizam grandes volumes de capital de giro e possuem fortes contatos com o comércio de produtos, insumos e agroindústrias. Também diz que os produtores com maiores propriedades de terra utilizam áreas mecanizadas e possuem diversificação de sistemas como produção de soja, milho, frutas, fumo e até produção de suínos, leite e aves.

Para as técnicas produtivas de grãos e criação de animais de forma mais complexa e integrada, a agroindústria exige um nível de capitalização mais alta, impossibilitando a participação de produtores familiares com um capital menos avantajado. Entretanto, os outros sistemas vêm sendo explorados tanto pelos produtores de maior poder monetário, como por famílias com nível de renda mais baixo, sugerindo a existência de trajetória de evolução ao longo do qual os produtores mais sucedidos transformariam a medida que aumenta seu nível de acumulação. Por fim, os sistemas mais simples, focados especialmente na produção vegetal, ficou sendo explorados pelos agricultores mais pobres, Buainain (2001).

Ainda segundo Buainain (2001), o sistema de “autoconsumo de milho e de feijão” é normal entre os agricultores familiares de menor renda, que possuem algum ganho externo e produzem apenas uma pequena produção para o autoconsumo. Essa produção varia segundo o tamanho da família, a inserção no mercado de trabalho, a área cultivada com produtos destinados ao consumo familiar e renda externa.

A necessidade de explorar somente a mão de obra familiar determinante na adoção de técnicas agrícolas, pertencem a um ganho mais rápido do trabalho investido pela menor mão de obra disponível, como o abandono de técnicas europeias, a adoção das queimadas por exemplo. Havia também o desconhecimento do ambiente agroecológico e das técnicas mais adaptadas a estes. Os agricultores logo que se instalaram em seus lotes, começaram a trabalhar sem o mínimo cuidado necessário, ignoraram tudo a respeito do solo, das

plantações e do ritmo das estações. Esse fato fez com que o inspetor da colônia de São Leopoldo, encomendasse dois exemplares de um dicionário da agricultura que os orientasse nesse primeiro momento Mertz (2004).

Mertz (2004), também diz que além da imperícia sobre as técnicas mais adaptadas, até então, ao ecossistema local, vários imigrantes que vieram colonizar o Rio Grande do Sul, não eram agricultores. Os agricultores que chegaram eram de zonas rurais europeias diferentes, trazendo na bagagem conhecimentos e técnicas agrícolas variadas, sendo alguns mais primitivos e rudimentares que outros.

Na situação em que se encontravam, devido à imperícia sobre as técnicas os meios, os modos e pela escassez de recursos, a participação dos caboclos, foi de extrema importância, sendo eles que indicaram aos novos agricultores a cultura de desenvolver, como plantar e o manejo certo de plantio e da colheita. Considera-se esse o marco inicial da limpeza da floresta que ali existia, transformada em área de plantio, através das queimadas, a plantação com os instrumentos agrícolas e a capina eventual, permanecendo uma parte do terreno em pouso pelo período que variava de dois a três anos, na qual havia um reflorestamento Mertz (2004).







A Tabela 7 demonstra um pouco sobre o país, tendo uma comparação do número de habitantes da zona urbana e rural do Brasil e de cada região entre os anos 1980 a 2010. Como podemos ver, a cada ano acima citado, a zona urbana é a que ganhava com maior número de habitantes residentes. Segundo o ano de 2010, que foi o último censo realizado, podemos observar que a diferença entre os números de habitante é muito grande, obtendo uma diferença de 131.095.785 habitantes a mais na cidade do que no meio rural.

Como podemos verificar também na Tabela 7, a Região Sul possui 23.260.896 habitantes residentes na zona urbana e 4.125.995 residentes na zona rural, tendo uma diferença de 19.134.901 habitantes a mais vivendo no meio urbano, no ano de 2010.

Segundo o ano de 2010, que foi o último censo realizado, podemos observar que a diferença entre os números de habitante é muito grande, obtendo uma diferença de 131.095.785 habitantes a mais na cidade do que no meio rural.

Como podemos verificar também na Tabela 7, a Região Sul possui 23.260.896 habitantes residentes na zona urbana e 4.125.995 residentes na zona rural, tendo uma diferença de 19.134.901 habitantes a mais vivendo no meio urbano no ano de 2010.

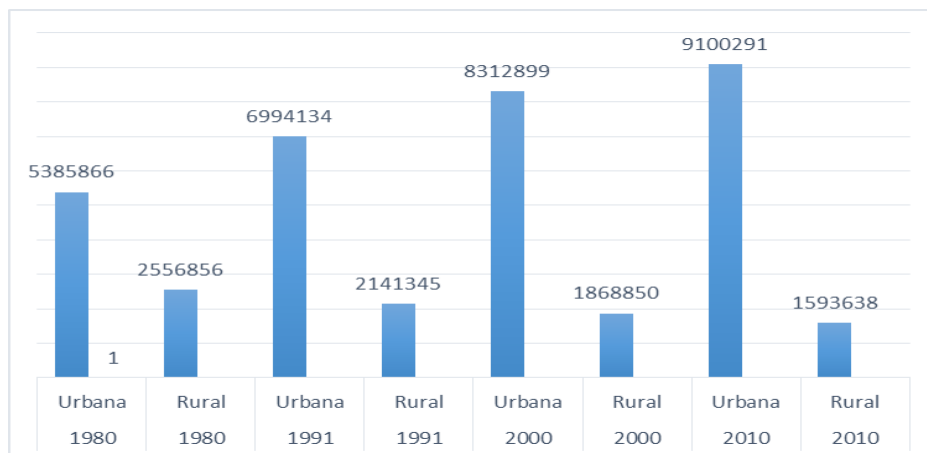
Tabela 7: População nos Censos Demográficos na zona urbana e rural, segundo as Grandes Regiões, 1980-2010

Região	Grandes Regiões e Unidades da Federação	1980	1980	1991	1991	2000	2000	2010	2010
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
	BRASIL	82.013.375	39.137.198	110.875.826	36.041.633	137.755.550	31.835.143	160.925.792	29.830.007
	Região Norte	3.398.897	3.368.352	5.931.567	4.325.699	9.002.962	3.890.599	11.664.509	4.199.945
	Região Nordeste	17.959.640	17.459.516	25.753.355	16.716.870	32.929.318	14.763.935	38.821.246	14.260.704
	Região Sudeste	43.550.664	9.029.863	55.149.437	7.511.263	65.441.516	6.855.835	74.696.178	5.668.232
	Região Sul	12.153.971	7.226.155	16.392.710	5.724.316	20.306.542	4.783.241	23.260.896	4.125.995
	Região Centro-Oeste	4.950.203	2.053.312	7.648.757	1.763.485	10.075.212	1.541.533	12.482.963	1.575.131

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980, 1991, 2000 e 2010. Adpt (Daniele Dressel)

No Gráfico 2, podemos perceber que no Rio Grande do Sul houve um aumento do êxodo rural desde o ano de 1980 até 2010. A partir dos dados do IBGE, verificamos que em 30 anos houve uma queda de 9.633.18 habitantes residentes no meio rural e um aumento de 37.144.25 habitantes no meio urbano.

Gráfico 2: População Urbana e Rural – Rio Grande do Sul



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980, 1991, 2000 e 2010.

A seguir serão levantadas informações a respeito da agricultura familiar no Noroeste do Rio Grande do Sul.

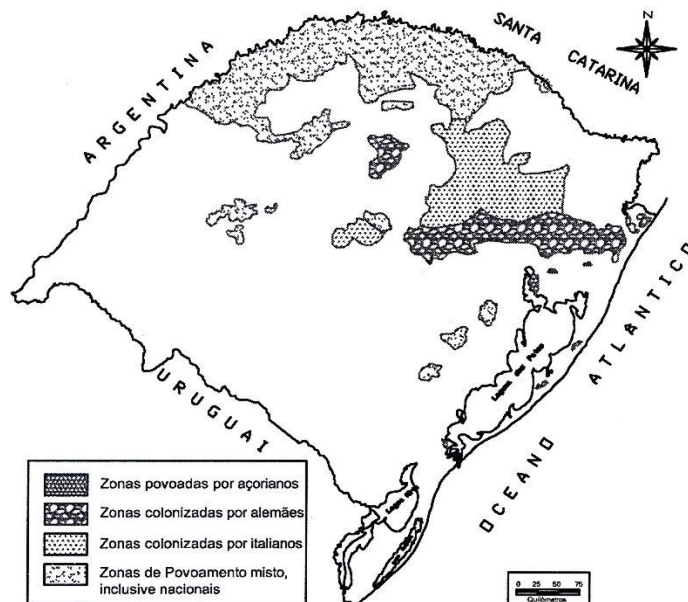
2.3 AGRICULTURA FAMILIAR NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL

A Região Noroeste do Rio Grande do Sul foi habitada no final do século XIX. Com a chegada desses imigrantes foram necessárias novas propriedades para o desenvolvimento das atividades agrícolas. As primeiras terras da colonização foram utilizadas pelos imigrantes alemães, na cidade de São Leopoldo e região, em seguida foi ocupada pelos italianos na Serra e região. Essas terras estavam quase todas utilizadas no final do século Mantelli *et. al.* (2009).

A partir de 1980 segundo Mantelli *et. al.* (2009), a Região Noroeste teve uma nova etapa no procedimento de colonização. Foi estipulada uma medida de propriedade rural contendo um tamanho de 25 hectares; já os modelos de propriedades privadas não são obrigados a seguirem esse padrão. Chegaram imigrantes da Europa, vindos dos descendentes das propriedades e áreas de colonização, essas colônias foram denominadas “colônias novas e mistas”.

Segue na Figura 3, a distribuição das áreas colonizadas pelos imigrantes europeus e seus descendentes no RS. Cada zona povoada por colonizadores está identificada por uma cor.

Figura 3: Áreas de colonização por imigrantes



Fonte: THOMAS, C. Conquista e Povoamento do RS. (Adapt.Daniele Dressel)

Na concepção de Roche (1969), no século XX, houve uma manifestação realizada pelos legisladores brasileiros com o propósito de estabelecer aos

estrangeiros, em qualquer lugar do Estado, atuarem uma profissão mais focada no modelo agrícola.

Os imigrantes europeus chegaram ao Brasil, buscando encontrar melhor qualidade e condições de vida. As novas áreas desses imigrantes são chamadas no início como colônia mista. Essas colônias foram colonizadas por vários grupos étnicos, e estavam tentando impedir a construção de novos “quistos étnicos” e foram essas colônias as primeiras a surgir no Rio Grande do Sul Mantelli *et. al.* (2009).

Mantelli *et. al.* (2009), também diz que os atores sociais classificados pelo grupo étnico, levando em consideração as próprias diferenças presentes dentro dos grupos, tornou-se a noção de etnia e atualmente o objeto de vários estudos que procuram defini-los. Sendo notável a não existência de uma identidade única e definidora que daria conta da variedade dos grupos.

Na Região Noroeste do Rio Grande do Sul, a dificuldade desta classificação existe devido ao fato de grande parte dos teóricos que discutem a noção étnica, a definem utilizando a língua falada como um dos elementos fundamentais. Sendo imigrantes com mesmos idiomas, mas tendo origens diferentes. Havendo em comum a língua, porém com traços culturais diversificados Mantelli *et. al.* (2009).

Conforme Seyferth (1994), a partir do século XIX, os alemães procuraram construir uma identidade étnica, sendo os pioneiros do Sul do Brasil e também sendo inicialmente concentrados em colônias homogêneas, isto é, geralmente ocupados por apenas um grupo étnico, que objetivaram atuar na formação de uma cultura teuto brasileira. O isolamento de algumas colônias contribuiu para a definição de etnicidade.

A maioria dos imigrantes eram falantes da língua alemã e participaram de um mesmo grupo linguístico, muitos vieram de diversas regiões da Europa com influência da Alemanha (russos, austríacos, húngaros, poloneses) Mantelli *et. al.* (2009).

Conforme Fischer (1987), proveio um número pequeno de imigrantes alemães vindos da Alemanha, pois ter a mesma língua não quer dizer ter as mesmas culturas, dos que residiam em diferentes lugares, com formas de produção e organização social diversas. A nova colônia foi especificada por um perfil alemão, isso pode ser constituído por diversas práticas sociais fornecidas por esse grupo étnico. Segundo Roche (1969), a antiga colônia de Ijuí, foi chamada de “teuto-brasileiras”.

A partir de 1887, começa a chegar os imigrantes italianos, três anos antes da inauguração da Colônia Ijuí, os quais se dedicaram as atividades agrícolas. Um grande número vieram dos imigrantes do Rio Grande do Sul. Uma parte dos antigos lugares dos imigrantes do Rio Grande do Sul, em um modelo de imigração, vindos de Caxias do Sul e Silveira Martins, essa colônia velha foi utilizada como um povoado ou sede da Comissão de Colonização no século XIX Mantelli *et. al.* (2009).

Os italianos foram considerados de grande valor para a construção social da nova colônia: eram colonos muito trabalhadores e econômicos. Também obtiveram sucesso no perímetro urbano em trabalhos comerciais e construção civil. Eles também tiveram facilidade em aprender a língua portuguesa, pois a língua italiana tem algumas semelhanças com a do país, facilitando também a conversação entre eles e os administradores da colônia Fischer (1887).

Segundo Mantelli *et. al.* (2009), também chegaram a Ijuí os imigrantes poloneses, que eram os teuto-poloneses, eles falavam a língua alemã, porém tinham culturas próprias. Chegaram em média de 100 famílias polonesas e eles não possuíam experiência em atividades agrícolas, que era a principal usada na colônia.

Na concepção de Cuber (1975), os poloneses eram tratados com muita rigidez pelo restante da colônia, chegando a amarrá-los em palanques, onde foram submetidos a ficar expostos ao sol durante quase um dia. Eles foram mais explorados pelos proprietários de casas de comércio. A maioria dos poloneses não se acostumou na colônia mista e se deslocaram para outra colônia em Guarani das Missões, onde viviam imigrantes da mesma etnia.

Também chegaram à região os imigrantes austríacos, em busca de melhor qualidade de vida, porém, não possuíam experiência na parte agrícola. Mais tarde chegaram os imigrantes russos, que pertenciam a raça alemã, ou seja, germânica, chamados de teuto-russos, eles migraram para o país para conquistar melhores condições de vida e liberdade Mantelli *et. al.* (2009).

Como pode-se verificar, a agricultura familiar tem uma grande importância para a economia do Rio Grande do Sul, a qual começou a ser integrada e estruturada com o começo da imigração europeia.

3 METODOLOGIA

Apresenta-se nesta parte a metodologia que foi adotada. Trata-se de uma pesquisa teórico-empírica de caráter exploratória e descritiva. Utilizou-se a técnica de entrevistas presenciais com base em roteiros previamente estruturados. O período para a realização destas entrevistas foi o segundo semestre de 2015. A seguir estão mostradas as etapas que esta pesquisa necessitou seguir.

Para cumprir o primeiro objetivo foi realizada uma pesquisa exploratória, visando compreender alguns aspectos sobre o tema em pauta. Também para compreender os vestígios históricos da região com relação a esta atividade rural, bem como um aprofundamento maior sobre as características do município em questão e sua relação com as atividades de agricultura familiar.

Para Vergara (2004), a pesquisa exploratória é utilizada onde há pouco conhecimento acumulado sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não há hipóteses que podem vir a existir durante ou ao final da pesquisa.

Posteriormente, para cumprir o segundo objetivo utilizou-se o método de pesquisa de campo. Realizaram-se entrevistas nas entidades de classe do município, considerando: o sindicato dos produtores rurais de Horizontina, a Emater, bem como a secretaria da agricultura de Horizontina.

No terceiro objetivo, foram realizadas as entrevistas (Apêndice A) com agricultores familiares. Nessas entrevistas, os jovens rurais foram questionados sobre a renda per capita, relação de gastos, lucros e outras informações socioeconômicas dos agricultores no campo. Além disso, foram questionados sobre questões mais amplas, como por exemplo que motivos poderiam lhes fazer migrar para a cidade ou permanecer no campo, pois tal informação pode contribuir para uma melhor conclusão do estudo.

As entrevistas foram realizadas no município de Horizontina no segundo semestre de 2015 e teve a população alvo jovens com até 30 anos de idade que residem no campo, sendo aplicada tanto presencialmente como via e-mail.

Visando facilitar a execução deste estudo, todas as entrevistas realizaram-se em propriedades no município de Horizontina por conveniência da pesquisadora, que conforme já mencionado é o município foco deste estudo.

Para uma melhor análise, foram realizadas entrevistas nas entidades de classe, como a Prefeitura Municipal, mais precisamente a Secretaria da Agricultura,

também foram realizadas entrevistas com representantes do Sindicato dos produtores rurais e EMATER, visando uma compreensão mais abrangente referente ao tema do êxodo rural proposto neste estudo,

A entrevista no sindicato ocorreu com um representante dessa entidade, visando obter informações que ajudem a formar um diagnóstico sobre a permanência e o êxodo dos jovens do meio rural.

Na prefeitura municipal a entrevista foi realizada com o secretário, com o intuito de determinar quais incentivos existem para que o jovem sinta-se atraído a permanecer no meio rural, entre outros aspectos.

A entrevista realizada na EMATER visou descrever papel desta entidade, bem como a percepção que ela tem para com a questão dos jovens na agricultura.

De maneira geral, estas entrevistas serviram como um balizador onde notou-se a incumbência dos jovens agricultores no cenário atual do município, por uma visão apurada das entidades que os representam.

Conforme dados da FEE (2009) apud Kalkmann (2009), existem 398 estabelecimentos agropecuários no município de Horizontina com área entre 10 a 20 hectares. Neste trabalho, estratificaram-se 20 destas propriedades, sendo que o questionário foi aplicado quando o jovem residia na propriedade. As propriedades visitadas em que os jovens não residiam, foram desconsiderados. Entretanto trabalhos futuros podem ser realizados nas propriedades em não mais residem jovens. Mas, neste estudo, o foco não foi este.

Ao todo nas vinte propriedades, o número de jovens agricultores entrevistados foi também de 20, formando uma amostra de 5,02% destes estabelecimentos rurais frente ao percentual total deste estudo anteriormente determinado. Como dito anteriormente, tal amostra foi determinada por conveniência para melhor andamento da pesquisa. As entrevistas foram realizadas entre os meses de agosto e outubro.

Com as informações obtidas, foi possível iniciar as análises. Após a análise das informações compiladas obteve-se as conclusões e principais apontamentos sobre os dados analisados, que estão descritos posteriormente.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresentam-se informações que caracterizam a agricultura familiar no município de Horizontina, além das análises obtidas através das pesquisas realizadas com 20 agricultores familiares da cidade de Horizontina e por dados fornecidos da Emater e Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade.

4.1 AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE HORIZONTINA

Horizontina está integrada na região fisiográfica do Alto Uruguai e também faz parte da microrregião de Santa Rosa. Os primeiros colonizadores a chegar no município em 1927 foram os de origem alemã, italiana e polonesa. No início chamava-se Belo Horizonte, sendo substituída em 1944 pelo nome de Horizontina, IBGE (2013). Em 1955, Horizontina torna-se município, e atualmente seu nome é lembrado no mundo inteiro em razão da indústria de automotriz e tratores SLC/John Deere, IBGE (2015).

Segundo Thiecker *et. al.* (2007), a cada dia que passava novos moradores chegavam para povoar a cidade de Belo Horizonte, se deslocavam de centenas de quilômetros, onde encontravam muitas dificuldades em busca de um lugar para se habituar. Antes da sua colonização o município Horizontina, era habitado, pela cultura indígena, nacionais e luso-brasileiros.

Na tabela 8 a seguir, pode-se verificar que Horizontina possui 18.768 habitantes no ano de 2014, com uma densidade de 79,6hab/km² e um PIB de R\$ 808.918 mil e R\$ 43.853 de PIB per capita.

Tabela 8: População, Densidade e PIB da cidade de Horizontina

Variáveis	Horizontina
População em 2014 (hab)	18.768
Densidade Demográfica (2013)	79,6 hab/km ²
PIB (2012)	R\$ 808.918
PIB per capita (2012)	R\$ 43.853

Fonte: FEE, resumo (2014)

Conforme Aciap (2010), Horizontina produz em grande escala trigo, soja e milho e também produz outras culturas, proporcionando uma diversificação na agricultura, tendo-se também uma agropecuária baseada na suinocultura e na produção leiteira.

Na tabela 9 a seguir, mostra-se o tamanho dos módulos fiscais das cidades de nossa região, comparando-os com o tamanho da cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul.

Tabela 9: Tamanho dos módulos fiscais em nossa região comparada com Porto Alegre.

Nome do Município	Tamanho do módulo fiscal (há)
Crissiumal	20
Doutor Maurício Cardoso	20
Horizontina	20
Santa Rosa	20
Três de Maio	20
Tucunduva	20
Porto Alegre	5

Fonte: Embrapa, 2012

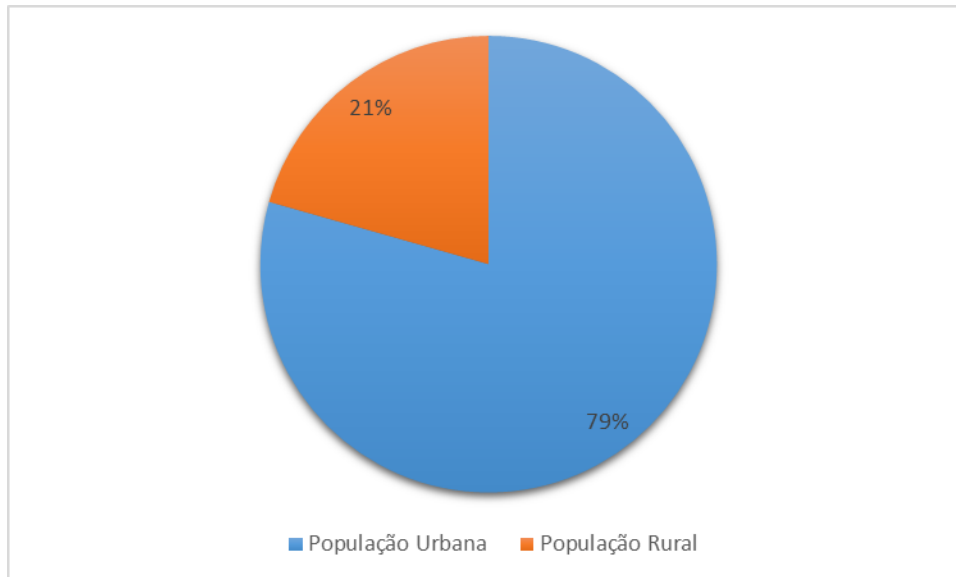
Através das informações da tabela 9, pode-se perceber que em Horizontina, assim como em boa parte dos municípios vizinhos, a área de 20 hectares corresponde a um módulo fiscal.

Tais medidas impactam diretamente na viabilização de atividades do espaço rural desta região. Conforme informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA (2015), os imóveis rurais são separados por uma classificação que se chamam de Minifúndio que são os imóveis rurais com áreas inferiores a 1 módulo fiscal, Pequena Propriedade com áreas entre 1 e 4 módulos fiscais, Média Propriedade com área superior a 4 até 15 módulos fiscais e a Grande Propriedade com áreas superiores a 15 módulos fiscais. Existe uma Lei 8.625 que define a classificação dos módulos fiscais, que variam conforme cada município.

Também conforme o INCRA (2015), o módulo fiscal é caracterizado por cada município, e tem como objetivo procurar estabelecer o tamanho e a área mediana dos módulos rurais dos imóveis, ou seja é uma unidade de medida das áreas em hectares, fixada diferente para cada município.

Conforme Gráfico 3, 79% da população reside no meio urbano e 21% residem no meio rural, dentro dessa população que reside no meio rural 6% são associados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Horizontina.

Gráfico 3: População residente por local onde vive, Rural ou Urbano - Horizontina



Fonte: IBGE, Censo 2010

A seguir são relatadas as análises da pesquisa de campo realizada nos estabelecimentos rurais pré-definidos, particularmente com jovens residentes nestas propriedades.

4.2 PESQUISA DE CAMPO EM PROPRIEDADES RURAIS DE HORIZONTINA

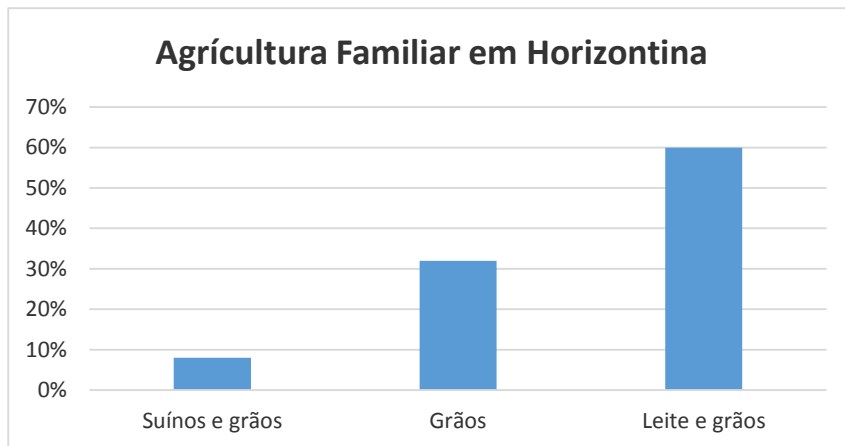
Conforme já mencionado na metodologia, o presente estudo foi realizado em jovens agricultores no município que residem nos estabelecimentos com área de 10 a 20 hectares. A faixa etária entrevistada variou na seguinte proporção: de 15 a 35 anos, no qual 25% das pessoas entrevistadas tinha de 15 a 20 anos, 35% das pessoas de 26 a 35 anos e 40% de 21 a 25 anos. Dentre esses jovens, alguns já são casados e alguns residem no meio rural, porém trabalham na cidade.

Também se destaca que os jovens que permanecem no meio rural são aqueles que estão bem estruturados referente à obtenção de renda, quantidade de terras e o capital. Referente a área, ou seja, a quantidade de terras das famílias para

produção e realização das tarefas agrícolas é de uma média de 15,5 hectares por família, entre os entrevistados

No Gráfico 4, apresenta a porcentagem de cada tipo de produção nas propriedades entrevistadas. A produção de leite e grãos na mesma propriedade é o que 60% dos agricultores familiares produzem, 32% das propriedades produzem apenas grãos e 8% produzem suínos e grãos.

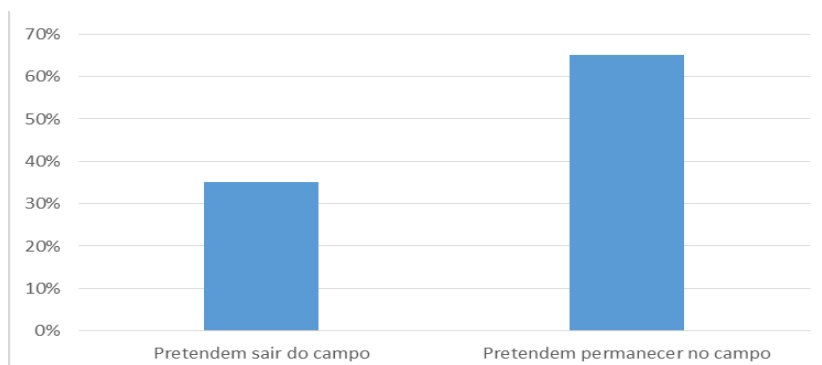
Gráfico 4: Produção na Agricultura Familiar em Horizontina



Fonte: Elaborado pela Autora, 2015

No Gráfico 5, apresenta-se a porcentagem dos jovens que pretendem permanecer no meio rural e os que pretendem sair do campo. Como podemos ver 65% dos jovens da cidade de Horizontina pretendem sair do meio rural e apenas 35% querem permanecer. Esses números tiveram origem na análise da entrevista que encontra-se na Apêndice A.

Gráfico 5: Êxodo Rural dos Jovens Entrevistados – Horizontina



Fonte: Elaborado pela Autora, 2015

4.3 A VISÃO DAS ENTIDADES DE CLASSE SOBRE OS JOVENS AGRICULTORES EM HORIZONTINA

Foram realizadas visitas em algumas entidades de classe, a saber: EMATER, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Secretaria da Agricultura visando ampliar a visão sobre a realidade destes jovens no meio em que vivem.

Em visita ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais verificou-se que esta entidade possui um número total de 1.167 sócios. E além de proporcionar melhor qualidade de vida às pessoas dos agricultores familiares, eles disponibilizam alguns cursos como: Alimentação inteligente e devem implantar um projeto Renascer, visando resgatar valores culturais, vividos pelos antepassados que estão ficando no esquecimento, promoção do Associativismo, Agroindustrial e Agro-ecologia como instrumento de comercialização de insumos e da produção, etc.

Notou-se que o sindicato não realiza nenhuma atividade relevante no sentido de oportunizar que jovens fiquem no campo.

Na visão do profissional entrevistado na Secretaria da Agricultura de Horizontina o êxodo rural presente nas propriedades da região seria de fato normal, acreditando se tratar de uma tendência observada em todo país, devido às crenças de que existem melhores condições de trabalho nas cidades entre outros benefícios.

Particularmente, em Horizontina, na visão do secretário, a alta oferta de trabalhos no setor industrial incentiva os jovens a deixarem o meio rural.

Realizou-se também a visita junto a Emater do município. Para o representante desta entidade, o governo federal tem realizado esforços visando beneficiar jovem agricultor. Ele cita que foram criados vários programas e políticas públicas para incentivar e motivar os jovens a permanecerem no meio rural, como o Pronaf, o Pronacampo⁵. Segundo o representante, o que estaria ajudando os jovens também é o incentivo dos pais, mostrando o lado bom de ficar no campo, pois a economia e o país depende dos alimentos produzidos por eles.

Portanto no que diz respeito às entidades nota-se que para incentivar os produtores rurais, eles oferecem alguns cursos e programas. Porém como podemos verificar no município os jovens estão com poucas expectativas de permanecerem

⁵ Segundo o Mec, Pronacampo é um conjunto de ações articuladas que asseguram a melhoria do ensino nas redes existentes, bem como, a formação dos professores, produção de material didático específico, acesso e recuperação da infraestrutura e qualidade da educação no campo em todas as etapas e modalidades.

no meio rural, pois estão em busca de salários fixos mensais, mais comodidade trabalhando em escritórios e também pelo motivo do meio rural haver muita despesa com os insumos e grãos, recebendo um lucro mínimo.

Conforme análise no município, verificamos que os jovens que ainda permanecem no meio rural, é pelo motivo de os pais possuírem grande quantidade de terras, ou seja, acima de 100 hectares e terem implementos agrícolas para melhor rendimento da produção. E alguns também vivem no meio rural, porém trabalham no meio urbano.

A seguir estão expostos os principais resultados analisados neste estudo.

4.4 ANÁLISES DOS RESULTADOS

De forma geral, percebeu-se, através das pesquisas e entrevistas realizadas que grande parte dos jovens rurais, ao estudarem e estarem em constante contato com os meios urbanos, se interessam pelas facilidades da cidade, com jornadas de trabalhos específicas e com mais comodidade, que muitas vezes não encontram em suas propriedades.

Como podemos perceber, os jovens que pretendem permanecer no meio rural têm uma característica em comum: que os seus pais são agricultores bem capitalizados em relação aos demais, tendo então uma maior motivação para trabalhar nessa área e melhorar a produção e a produtividade agropecuária. Essa é uma das situações que os jovens rurais se sentem estimulados a viver na zona rural e continuar as atividades de seus pais, buscando inovar no método de produzir.

A Tabela 10 apresenta os principais motivos que os jovens da cidade de Horizontina apontaram que os fazem abandonar o campo e migrar para cidade. O primeiro motivo citado pelos jovens agricultores familiares, é que a falta de investimentos no setor rural obriga os trabalhadores a abandonar a vida no campo e fazer investimentos em grandes centros ou cidades. Estas informações correspondem ao problema disposto neste estudo.

O segundo motivo pelo qual os jovens abandonam o campo são as elevadas despesas para pouco lucro, ou seja, os agricultores pagam um elevado preço pelas sementes, insumos e tratamentos para o plantio e no resultado final acabam apenas pagando as despesas, sem receber algum lucro dos investimentos.

O terceiro motivo citada na Tabela 10, é que os jovens estão em busca de melhores condições de vida. Conseguindo um emprego com melhor renda, mais comodidade, trabalhando em serviços mais leves sem fazer muito esforço.

O quarto objetivo são os estudos, pois é o sonho de muitos jovens agricultores, dar continuidade ao estudo até se formar em alguma faculdade, para mais tarde conseguir um emprego melhor, com um salário mais justo.

Tabela 10: Os motivos apresentados pelos jovens de Horizontina que os levam a abandonar o campo

Motivos para abandonar o campo
1º Falta de incentivos públicos
2º Elevadas despesas para pouco lucro
3º Melhores condições de vida
4º Estudo

Fonte: Elaborado pela Autora, 2015

Segundo pesquisas realizadas com jovens que residem no meio rural na cidade de Horizontina, 80% deles participam das decisões tomadas na propriedade e apenas 20% não participam. Entre os 80% participam nas decisões ajudando na escolha das variedades que serão plantadas, investimento, sobre manuseios, entre outros.

Conforme entrevistas, 80% dos agricultores familiares possuem implementos agrícolas próprios e apenas 20% terceirizam os implementos. Os 80% dos agricultores familiares que possuem implementos próprios, destacaram que as alternativas de mecanização estão cada vez mais viáveis as suas necessidades, tendo como objetivo reduzir o esforço físico que o produtor realiza no dia a dia e também garante técnicas adequadas no manejo do solo, da produção e na qualidade dos produtos. E os 20% que terceirizam os implementos agrícolas, normalmente utilizam a mecanização disponibilizada pela prefeitura da cidade, pagando um valor por hora trabalhada, pelo empréstimo do mesmo.

A tabela 10 acima descreve o problema exposto neste estudo. Enquanto que o objetivo geral deste estudo foi compreendido com base nas condições

socioeconômicas implícitas nestes mesmos motivos da tabela 10. Portanto, para fins de políticas, devem ser consideradas as limitações amostrais pertinentes neste estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo abordar uma pesquisa mais ampla referente aos fatores que levam os jovens agricultores a abandonar as atividades rurais. Constatou-se a necessidade de criar novas estratégias para o meio rural, por meio de políticas rurais que garantam o fortalecimento da agricultura familiar, incentivando dessa forma a permanência no campo das novas gerações.

Pelas análises, pode-se perceber que as propriedades pesquisadas não dispõem de recursos financeiros e tecnológicos para produzir com qualidade e satisfatórios índices de lucratividade, o que pode ser considerado um fator que leva jovens a abandonar o meio rural.

Em virtude disso, os filhos destas famílias acabam deixando as casas em busca de trabalho nos meios urbanos. Constatou-se na pesquisa aplicada que a grande maioria dos jovens rurais, indiferente de moças e rapazes, querem continuar seus estudos, cursando uma faculdade, e além do mais, a maioria dos cursos escolhidos não tem nada a ver com a área agrícola.

Com relação ao governo municipal, notou-se que há pouco incentivo público nessa área, deveria ser oferecido mais cursos e treinamentos em relação à agricultura familiar, mostrando aos jovens as vantagens e a qualidade de se viver e trabalhar no meio rural.

Uma característica que foi observada nas entrevistas é que entre os 35% dos jovens que escolheram permanecer no meio rural, 20% deles nem terminaram os estudos básicos e o restante está cursando técnico agrícola ou agronomia.

Segundo a Emater (2015), essas entidades ofertam aos produtores alguns programas e treinamentos a fim de motiva-los a investir mais no campo, e transferir informações atualizadas referente as técnicas de manuseio e plantio no campo, porém, não são programas específicos aos jovens são para agricultores em geral.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA (Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada), 2000. Disponível em: Acesso em: 21 set, 2015
- ABROMOVAY, Ricardo (Coord.). **Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura familiar**. Brasília, Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001
- ACIAP, 2015. **Agricultura familiar**. Disponível em: <http://www.aciaphz.com.br/conteudo.php?id=51>. Acesso em:16/10
- ALMEIDA, J. A; SOUZA, M. **Multifuncionalidade dos espaços rural e urbano; reflexões iniciais**. In: Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável no MERCOSUL (org) Hugo Vela. Santa Maria, 2003. 272p
- ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. (S/A)** – Faculdade de Agronomia e Medicina veterinária da Universidade de Brasília, FAV/UnB. Doutora em Desenvolvimento Sustentável
- ASSAD, Maria Leonor Lopes e ALMEIDA, Jalcione. **Agricultura e sustentabilidade. Artigo publicado em Ciência & Ambiente, n. 29, 2004. p.15-30**
- Banco do Brasil, 2015. Pronaf. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ> acesso em 27 ago, 2015**
- BUAIBAI, A. ET all. Agricultura Familiar: Um estudo de Focalização Regional, 2001 apud SABBATO, 2001 In: LASTRES e GUAZIROLI, 2001**
- CODAF 2015, **A importância da Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://codaf.tupa.unesp.br/informacoes/a-importancia-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 25 set, 2015
- CUBER, Antoni. 1975. **Nas margens do Uruguai**. Ijuí: FIDENE. CUCHE, D. A noção de cultura nas ciências sociais. 1999. São Paulo: EDUSP
- DINIZ, Ellen Rúbia Diniz, 2012 **Agricultor Familiar**. Disponível em: <http://200.17.98.44/pronatec/wp-content/uploads/2012/07/af.pdf>
- DENARDI, Reni Antonio. **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável**, v. 2, n. 3, p. 56-62, jul/set. 2001.

EMBRAPA, 2014. **Tamanho dos Módulos Fiscais**. <http://aiba.org.br/wp-content/uploads/2014/12/Varia%C3%A7%C3%A3o-Geogr%C3%A1fica-do-Tamanho-dos-Modulos-Fiscais-no-Brasil-Embrapa.pdf> acesso em 31 ago, 2015

FAO, 2014. **Ano Internacional da Agricultura Familiar**, 2014 Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/019/as281p/as281p.pdf> acesso em 08 abr, 2015.

FEE, 2014 **Município Horizontina**. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Horizontina> Acesso em 11, out, 2015
 Feis, 2015. **Conceito de agricultura familiar**, 2007 Disponível em: <http://www.feis.unesp.br/Home/departamentos/fitotecniatecnologiadealimentosesocioeconomia716/antoniolazarosantana/conceito-de-agricultura-familiar.pdf> ano 2007 acesso em 12 mai, 2015

FISCHER, Martin. **Etnias diferenciadas na formação de Ijuí**. 1987. Museu Antropológico Diretor Pestana- Ijuí.

Garcia; VILLA VERDE, Carlos Monteiro (Org.). *Agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 1990. p. 113-223.

GRANDO, Marines Zandavali. **Um retrato da agricultura familiar gaúcha**. 2011. Porto Alegre – RS

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

GUIMARÃES. Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Paz e Terra, 1968.

IBGE. **Agricultura domiciliar ocupava 84-4 estabelecimentos agropecuários**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/noticiascenso?view=noticia&id=1&idnoticia=1466&busca=1&t=agricultura-familiar-ocupava-84-4-estabelecimentos-agropecuarios> > Acesso em: 01 mai. 2015.

IBGE, 2006 **(LEI)** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 31 ago, 2015.

IBGE, 2015. **Histórico Horizontina**. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?lang=&codmun=430960&search=rio-grande-do-sul%7Chorizontina%7Cinfograficos:-historico> acesso em 26 ago, 2015.

IBGE, 2010. **População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a situação do domicílio - 1960/2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8> Acesso em 21 out, 2015.

Incapar, 2015. **Agricultura familiar**, 2015. Disponível em: <http://www.incapar.es.gov.br/pedeag/setores01.htm> acesso em 25 abr, 2015.

IPEADATA. **População agropecuária do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/> > Acesso em: 08 de abr, 2015

KAGEYAMA, Ângela et al. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. In: DELGADO, Guilherme Costa; GASQUES, José KALLKMANN, Marcio. Situação Atual e Perspectivas para a Agroindústria familiar no município de Horizontina.

MDS, 2015. **Programas Complementares**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programas-complementares/beneficiario/agricultura-familiar> acesso em 31 ago, 2015.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence; **História das agriculturas no mundo**. Editora Unesp. São Paulo, 2008.

MERTZ, Marli. **A agricultura familiar no Rio Grande do Sul: um sistema agrário colonial**. 2004. Porto Alegre – RS.

PAIM, Gilberto. **Industrialização e economia natural**. [S.l]: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PICINATTO, A. G.; CAMPOS, A. A.; BITTENCOURT, G. A.; BIANCHINI, V. **Cartilha do PRONAF: crédito**. Curitiba: Deser, 2000. 34 p.

RANGEL, Ignácio. **A questão agrária brasileira**. Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. 1969. Porto Alegre: Globo.

Serviços Governo, 2015. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**, 2015. Disponível em: <http://www.servicos.gov.br/servico/programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf> acesso em 14 set, 2015

SIQUEIRA, Luisa Helena Schwentz. **As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar**. 2004. Universidade do Rio Grande do Sul.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**. In Souza, 5º ed. São Paulo. Ed Atlas , 2007. P. 200-201.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária e o socialismo**. In: STÉDILE, João Pedro (Coord.). A questão agrária hoje. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2002. p. 306-322.

STOFFEL Janete e OLIVEIRA Oleides. **Perspectivas para a agricultura familiar no Rio Grande do Sul**. Uma versão deste artigo foi apresentada na VIII Bienal de Buenos Aires em agosto de 2010.

TARGA, L. R. P. Le Rio Grande do Sul et la création de l'Etat développementiste brésilien. Grenoble: Université Pierre Mendès, 2002. (Tese de doutoramento). SILVA NETO, B.; FRANTZ, T. R. **Sistemas de produção do Estado do Rio Grande do Sul: estudo especial, etapa 1.** Ijuí: UNIJUÍ/DEAg, 2000. (Versão preliminar, não publicada, do projeto Análise dos Sistemas Agrários do Estado do Rio Grande do Sul e Recomendações Políticas).

TARGA, L. R. P. Le Rio Grande do Sul et al SEYFERTH, Giralda. **A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica.** In: MAUCH, Claudia e VASCONCELOS, Naira (org). Os alemães no Sul do Brasil. Canoas (RS): ULBRA, 1994.

VERGARA Sylvania Constant. **Projetos e relatórios de Pesquisa em Administração.** 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura Familiar. Entrevista para o Grupo de Interesse em Pesquisa para a Agricultura Familiar.** 2007. Disponível em <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/entrevistas/entrevista-maria-de-nazareth-baudel-wanderley-1/>. Acesso em 14 set, 2015

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** XX Encontro anual do ANPOCS. GT 17, processos sociais agrários. Caxambu/MG, outubro de 1996.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO PARA OS JOVENS AGRICULTORES

1. Sexo:

() Masculino

() Feminino

Como é constituída sua família:

2. Qual sua faixa etária:

() 15 a 20 anos () 21 a 25 anos () 26 a 35 anos

3. Quais as atividades desenvolvidas na propriedade? Que outras fontes de renda possuem fora da propriedade?

4. Você participa das decisões sobre as atividades desenvolvidas na propriedade? Como?

5. Você pretende permanecer trabalhando no meio rural? Ou pretende ir morar e trabalhar no meio urbano? Por quê?

6. Quantas hectares de terra sua família possui?

7. Você trabalha com implementos agrícolas próprios ou é terceirizado?

8. Qual motivo leva você a abandonar o meio rural?

9. Você já morou na cidade?

10. Que fatores em sua opinião têm contribuído para a permanência dos jovens no meio rural?

11. Que fatores na sua opinião, não têm contribuído para a permanência dos jovens no meio rural?

APENDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO NAS ENTIDADES DE CLASSE

1. Quantidade de pessoas residentes no meio rural?

2. Vocês tem percebido que os jovens estão saindo do meio rural? Por quais motivos?

3. É oferecido algum tipo de curso e programa para incentivar os jovens a permanecer no meio rural?

4. O que vocês têm percebido com os jovens ao longo dos anos? Qual a realidade?

5. Concordam com a decisão de os jovens buscarem novas possibilidades na cidade? Por quê?

6. Quantos associados têm no sindicato?

6 Qual o objetivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais?

7 Como é formado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais?
